

Teorias modernista e primitivista: duas perspectivas para a compreensão do passado greco-romano. Uma introdução ao debate

Ana Cláudia Tambara*

TAMBARA Ana C. Teorias modernista e primitivista: duas perspectivas para a compreensão do passado greco-romano. Uma introdução ao debate. *Mimesis*, Bauru, v. 19, n. 1, p. 143-149, 1998.

RESUMO

A produção do conhecimento referente ao passado greco-romano realiza-se através da relação dialética entre as fontes documentais e os modelos teóricos. A fragmentação e até inexistência de documentação escrita e arqueológica exigem a utilização de teorias que assegurem continuidade e lógica à construção das narrativas e interpretações históricas. Este artigo faz uma apresentação sucinta do modelo paradigmático da interpretação “modernista” da economia antiga e do modelo “primitivista”, seus limites e adequações.

Unitermos: passado greco-romano; modelos teóricos; Modernismo; Primitivismo

O texto aborda duas teorias que embasam parte significativa da historiografia sobre a Antiguidade clássica. A realidade documental, que é a matéria-prima para a produção do conhecimento histórico, por seu caráter fragmentário e, portanto, limitado, exige que o historiador organize um discurso contínuo e lógico apoiado numa teoria que preencha as lacunas e silêncios deixados pelas fontes. Como quaisquer modelos teóricos, tratam-se de representações do real e não dele mesmo, possuem adequações e limites que serão sucintamente apontados.

A História, ao se institucionalizar como ciência no século XIX, precisou definir objetos, métodos e fontes para que pudesse garantir o atingimento, se não em níveis absolutos, ao menos satisfatórios, da verdade acerca da matéria histórica. Assim, foram adquirindo contornos mais ní-

* Departamento de Ciências Sociais. Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade do Sagrado Coração, Rua Irmã Armanda, 10-50, 17044-160, Bauru, SP.

tidos as relações entre o conhecimento, *rerum gestarum* e a realidade à qual ele se refere, *res gestae*.

Apesar das inúmeras definições do que seja o objeto central do interesse histórico e da multiplicidade de métodos para atingi-lo, o passado depende, para ser recuperado, dos vestígios, fragmentos ou ruínas que sobrevivem no presente, formando uma base documental que receberá por parte do historiador uma organização significativa.

A interferência do sujeito (historiador) como elemento ativo na produção do conhecimento, ao gerá-lo, nele se revela, deixando as marcas daquilo que é, histórica e socialmente, seu modo de perceber e relacionar-se com o mundo, resultando numa atualização permanente da verdade e na possibilidade de múltiplas versões, levando-nos a repensar o caráter absoluto da verdade, admitindo que as verdades parciais e sujeitas a mudanças não são “menos verdades”.

As conseqüências desta atitude, que problematizou e reavaliou o ideal científico da neutralidade objetiva, podem ser verificadas na discussão sobre questões básicas de metodologia e epistemologia realizada por Meyer (1953) em seu longo ensaio intitulado “Geschichte des Altertums I”: a liberdade de criação do historiador assemelha-se à do artista. Para o autor, a escolha do material de estudo depende fundamentalmente de seu livre-arbítrio, do acaso e da intuição, ficando isenta, portanto, de quaisquer cânones ou convenções.

Presentistas como Benedetto Croce, Collingwood e Charles Beard acreditam que a escrita da história não representa nada mais do que a invenção de um passado segundo os critérios e as necessidades políticas dos historiadores que a escrevem no presente. Schaff (1987) afirma que

... não há acontecimentos objetivos, há apenas produções do espírito, as quais são, evidentemente, tão diferentes como os espíritos. A ciência da história não disporia então de nenhum critério para distinguir o verdadeiro do falso e deveria mesmo insurgir-se contra a procura de um tal critério (p.144).

Mas este critério existe e trata da necessidade de concordância entre a narrativa e as informações contidas nas fontes. A documentação torna-se a referência, o padrão para verificar a legitimidade das interpretações.

No caso da história antiga, particularmente, a questão das fontes requer um exame mais acurado: a velha proposição de que os testemunhos escritos forneceriam as informações essenciais sobre os aspectos mais relevantes da sociedade, como economia e política, enquanto os dados arqueológicos apresentariam elementos pitorescos da vida cotidiana, resultando numa recuperação bastante satisfatória dos acontecimentos antigos, está superada. Finley (1994) atesta num capítulo dedicado apenas a apresentar as peculiaridades das fontes documentais para o passado do Oriente Médio e greco-romano:

TAMBARA Ana C.
Teorias modernista e primitivista: duas perspectivas para a compreensão do passado greco-romano. Uma introdução ao debate. *Mimesis*, Bauru, v. 19, n. 1, p. 143-149, 1998.

TAMBARA Ana C.
Teorias modernista
e primitivista: duas
perspectivas para a
compreensão do
passado greco-
romano. Uma intro-
dução ao debate.
Mimesis, Bauru,
v. 19, n. 1,
p. 143-149, 1998.

O estudioso de história antiga de hoje tem de aceitar o fato de que seu arsenal inclui tipos qualitativamente diferentes de testemunhos, que amiúde parecem mutuamente contraditórios ou, no mínimo, não inter-relacionados (p.11).

Não apenas se inverteu a hierarquia. Quando o documento escrito e arqueológico não se complementam, mas encontram-se abertamente em conflito, o que prevalece é o testemunho arqueológico, embora seja imprescindível esclarecer que este tipo de material-fonte não é intrinsecamente superior ou mais confiável que o testemunho escrito. Apenas, dependendo do tipo de questão a ser respondida, possibilita conclusões de maior consistência.

Guarinello (1994) afirma:

O arqueólogo, com efeito, opera seleções mais dramáticas que as do historiador. Ele é obrigado a destruir os sítios arqueológicos, para escavá-los e preservá-los como documentos. E, assim fazendo, o arqueólogo acrescenta aos documentos seus próprios silêncios e desatenções (p.180).

Também foi desnudada a mística de que os chamados “textos literários clássicos”, como os de Dionísio de Halicarnasso, Tito Lívio, Políbio ou Tucídides, representariam fontes primárias ou originais. Esses autores nem sempre foram testemunhas oculares daquilo que narraram e não podemos seguramente localizar suas fontes.

Dois procedimentos foram-lhes comuns: reelaborar, em termos mais modernos, o que outros autores mais antigos já haviam escrito e tornar essa reescritura uma produção original ou puramente recorrer à invenção. Finley (1994) destaca que, para dar continuidade narrativa ao longo período de duzentos e cinquenta anos entre a destruição de Tróia e o aparecimento de Roma, os escritores da Antigüidade simplesmente inventaram uma “lista de reis albanos”.

As fontes literárias, hoje em processo de revisão, sempre foram largamente utilizadas pelos historiadores, talvez devido à quase inexistência de outros registros escritos.

Esta ausência se explicaria, em parte, por terem permanecido essas sociedades, mesmo depois da invenção da escrita, num estado de analfabetismo generalizado e de expressão basicamente oral e, em parte, porque registrar acontecimentos e arquivar documentos não serem práticas inerentes à natureza humana, mas possuírem uma função social, como, por exemplo: quando uma determinada estrutura de Estado necessitou, para seu funcionamento, de registrar e tornar públicas suas decisões. Tais fatos ocorreram isoladamente em apenas alguns períodos, como o do Egito ptolomaico e o do final do Império romano.

Diante deste quadro sobre a natureza da documentação, delineia-se a idéia de que os testemunhos isoladamente não nos fornecem mais do que indícios, havendo a necessidade da construção de hipóteses e de modelos teóricos que preencham as lacunas deixadas pelo isolamento, des-

continuidade e limites da representatividade, quer dos testemunhos escritos ou arqueológicos.

A função dos modelos numa investigação histórica é possibilitar a síntese de fenômenos particulares difusos, através da definição de um ponto de vista (paradigma) que determina a seleção e organização das variáveis que se consideram estar em associação significativa. Trata-se de uma simplificação, que omite os dados considerados pelo paradigma inicial como irrelevantes e acentua, destacando, os aspectos fundamentais.

Entre os historiadores da economia antiga, sobressaem dois modelos paradigmáticos de interpretação: os “modernistas” representados por M. Rostovtzeff (1937) e os “primitivistas”, cujas idéias básicas são aqui apresentadas por Finley (1986).

Os modernistas pressupõem uma ligação de continuidade e semelhança entre a Antigüidade e o mundo contemporâneo, ocorre uma projeção no “écran” do passado de terminologias, conceitos, categorias e valores atuais. Denominam o sistema econômico greco-romano de capitalismo antigo e povoam as pólis com “capitalistas” e “proletários”. Comparam a organização partidária inglesa do século XX com as facções em luta no final do período republicano romano: Conservadores e Trabalhistas correspondem, respectivamente, aos Óptimos e Populares. Latifundiários e a burguesia financeira confrontam-se, em disputa pelo poder, com o proletariado e o campesinato.

Com respeito ao funcionamento da economia, há uma idéia de grande desenvolvimento e acumulação de capitais na Itália quando se dá o fenômeno da expansão imperial. Este acúmulo seria resultante das relações comerciais que se estabeleceram com os mercados provinciais.

Em médias propriedades, trabalhadas por mão-de-obra escrava, produzia-se vinho e azeite que escoavam para as regiões abertas pela conquista. A produção tinha fins claramente mercantis, o objetivo era o lucro e as unidades produtivas eram vistas como um investimento. Este período de ascensão é refreado quando tem início a concorrência com as mercadorias provinciais.

O Estado imperial romano, ao adotar uma política econômica essencialmente liberal, teria possibilitado a dinamização das atividades agrícolas e manufatureiras nas províncias do Oriente e do Ocidente e uma conseqüente emancipação econômica. Produzindo vinho e azeite, importando algodão e seda e exportando manufaturados, tais como o vidro, o metal e o linho para a Índia, através dos negociantes árabes e depois alexandrinos, as províncias teriam estabelecido as bases de uma economia independente da Itália. Nos mercados egípcios, celtas e germanos, tornaram-se escassos produtos italianos tradicionalmente comercializados em larga escala como as cerâmicas de relevo e objetos de metal.

A diminuição do mercado para os produtos italianos teria gerado uma nova atitude entre os grandes e médios proprietários de terra da Itália: abandonaram o cultivo de suas terras aos colonos que, não tendo interesse em produzir para o mercado, adotaram o sistema de produção

TAMBARA Ana C.
Teorias modernista e primitivista: duas perspectivas para a compreensão do passado greco-romano. Uma introdução ao debate. *Mimesis*, Bauru, v. 19, n. 1, p. 143-149, 1998.

TAMBARA Ana C.
Teorias modernista
e primitivista: duas
perspectivas para a
compreensão do
passado greco-
romano. Uma intro-
dução ao debate.
Mimesis, Bauru,
v. 19, n. 1,
p. 143-149, 1998.

de cereais para subsistência, desmontando o sistema produtivo anterior e renunciando o período medieval.

Os primitivistas consideram o mundo antigo como a antítese do mundo moderno. Segundo Finley (1986), de Homero a Diocleciano foi um período de grande estagnação econômica, medida pela ausência de invenções e pela baixa produtividade do trabalho. O setor dominante é a agricultura que segue um regime autárquico, não produtor de excedentes. O artesanato é de pequena escala, não capitalizado e sem divisão do trabalho.

A cidade é basicamente um centro político e cultural que aglomera os proprietários rurais e os trabalhadores rendeiros. Nela consome-se o que é produzido no campo (“consumer-city”), já que as atividades tipicamente urbanas são frágeis.

A ausência de excedentes impede a formação do mercado e a expansão econômica se dá por “vias laterais” como a política e a guerra. Mesmo os lucros obtidos com o comércio são desviados para a aquisição de terras, uma vez que há uma ética, uma determinante mental elaborada pela aristocracia agrária dominante que impõe sua forma de ver o mundo a todo o restante da sociedade.

É uma ética rural, “contemplativa”, que não valoriza o trabalho, despreza o comércio e a atividade artesanal. Não há uma legislação comercial nem um sistema de contabilidade racional. A riqueza não gera capital, pois é imobilizada como patrimônio.

Esta vertente teórica descreve traços da economia, sociedade e mentalidade da Antigüidade em comparação ao capitalismo moderno, ressaltando ausências e faltas numa perspectiva que resvala o etnocentrismo.

A pergunta que se faz é a seguinte: por que neste período o capitalismo não se desenvolveu? O liberalismo econômico, a industrialização e o desenvolvimento do comércio internacional constituiriam o fim último da história. Numa visão retrospectiva, o historiador buscaria nas situações passadas, elementos que contribuíram ou impediram a geração histórica do sistema capitalista. As épocas de rarefação dos fenômenos favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo são por eles denominadas de arcaicas ou primitivas.

Também é possível presumir que esta visão resulte do que Loraux (1992) chama de luta “contra o humanismo do homem eterno (...). Desde então, o homem grego estava encerrado no interior de sua época e de suas categorias psicológicas” (p. 58), o que significa dizer que o homem antigo é tão diferente de nós que não podemos encontrar traço algum de uma suposta natureza humana. Uma vez ausentes os comportamentos próprios do sistema capitalista e da lógica do mercado, este homem estaria destinado à incompletude e à incompreensão para sempre.

Os teóricos modernistas exageram, talvez, no uso do anacronismo ao transpor um tempo dentro de outro tempo. O capitalismo liberal encontraria suas raízes na Antigüidade. Como num jogo de espelhos, passado e presente dialogam a partir de um mesmo conjunto de experiências, vivenciadas por outros sujeitos, mas esses são reconhecíveis e familiares.

Quando Sêneca (1993) afirma, no primeiro século de nossa era, que “ninguém devolverá teus anos, ninguém te fará voltar a ti mesmo. Uma vez principiada, a vida segue seu curso... Tu estás ocupado, e a vida se apressa; por sua vez virá a morte, à qual deverás te entregar, queiras ou não” (p. 36-37), somos capazes de, autenticamente, identificar uma angústia comum a todos os homens de todos os tempos.

Mas existem também diferenças, brutais ou sutis, que nos impossibilitam de tomar o passado “de assalto”, igualando-o ao presente. A apropriação, por vezes, desfigura as particularidades de cada época. Corre-se o risco de descartar o que denominamos de elemento diferenciador que todos os tempos possuem e que os tornam distintos uns dos outros, conferindo-lhes a cada um sua própria atualidade. Sem ele, todo o processo histórico resumir-se-ia em um eterno repetir.

Desta forma, os modelos adotados, tanto pelos modernistas quanto pelos primitivistas, podem incorrer ora no anacronismo ora no etnocentrismo. Mas são inegáveis a atualização e a adequação metodológica destas teorias que, em consonância com as novas reflexões acerca da Teoria do Conhecimento, não pretendem afastar o presente como referência ou ponto de partida para a construção do saber histórico.

Afinal, como se abstrair das determinantes do nosso tempo? Fazendo como o Barão de Münchhausen que se puxou a si e ao cavalo da areia movediça pelos próprios cabelos? Não é mais possível crer na neutralidade dos positivistas. O conhecimento histórico revela-se flagrantemente como uma construção cultural resultante do sentido que o presente dá ao passado.

TAMBARA Ana C. Modernism and primitivism: two perspectives about the romano-greek past: an introduction to discussion. *Mimesis*, Bauru, v. 19, n. 1, p. 143-149, 1998.

ABSTRACT

The production of knowledge concerning the romano-greek past takes place by means of the dialectic relationship between documentary sources and theoretical models. The fragmentation and lack of written and archaeological documents require the use of theories that assure continuity and logics to the construction of historical narratives and interpretations. This article is a brief presentation about the “modernist” paradigmatic mode of interpretation of the ancient economy and of the “primitivist” model, focusing their limits and suitabilities.

Key Words: romano-greek past, theoretical models, Modernism, Primitivism.

TAMBARA Ana C.
Teorias modernista e primitivista: duas perspectivas para a compreensão do passado greco-romano. Uma introdução ao debate. *Mimesis*, Bauru, v. 19, n. 1, p. 143-149, 1998.

TAMBARA Ana C.
Teorias modernista
e primitivista: duas
perspectivas para a
compreensão do
passado greco-
romano. Uma intro-
dução ao debate.
Mimesis, Bauru,
v. 19, n. 1,
p. 143-149, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FINLEY, M. *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento, 1986.
- _____. *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GUARINELLO, N. L. Memória Coletiva e História Científica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 180-193, 1994.
- LORAUX, N. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, A. (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- MEYER, E. *Geschichte des Altertums I*. 6. ed. Darmstadt: [s. n.], 1953.
- ROSTOVITZ, M. *Historia Social y Económica del Império Romano*. Madri: Espasa-Calpe, 1937.
- SCHAFF, A. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SÊNECA. *Sobre a Brevidade da Vida*. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.